

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Senhores,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis da Scopus Industrial S.A., relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia registrou Lucro Líquido de R\$ 3.248 mil, Patrimônio Líquido de R\$ 69.314 mil e Ativos Totais de R\$ 69.396 mil.

A Assembleia Geral deliberará quanto a parcela do lucro líquido que será retida para preservação e manutenção do capital social.

A política de dividendos da companhia assegura o dividendo mínimo de 1% do lucro líquido aos acionistas, conforme previsto em seu estatuto social. Não houve a distribuição dos dividendos em 2018, em detrimento a utilização do mesmo para compensação do prejuízo acumulado.

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

São Paulo, SP, 23 de abril de 2019.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 - Valores expressos em milhares de reais - R\$

ATIVOS	Nota		31/12/2018	31/12/2017	PASSIVOS	Nota		31/12/2018	31/12/2017
	Explicativa					Explicativa			
ATIVOS CIRCULANTES					PASSIVOS CIRCULANTES				
Caixa e Equivalentes de Caixa.....	5	6.673		6.454	Obrigações Tributárias.....			1	2
Impostos Correntes a Recuperar.....		91		223	Provisões de Impostos.....	10		81	128
TOTAL DOS ATIVOS CIRCULANTES.....		6.764		6.677	TOTAL DOS PASSIVOS CIRCULANTES.....			82	130
ATIVOS NÃO CIRCULANTES					Capital Social.....	7.1		79.801	79.801
Investimentos.....	6	62.540		59.519	Resultados Acumulados.....			(10.487)	(13.735)
Impostos e Contribuições a Restituir.....		92		-	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....			69.314	66.066
TOTAL DOS ATIVOS NÃO CIRCULANTES.....		62.632		59.519	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO E PASSIVOS.....			69.396	66.196
TOTAL DO ATIVO.....		69.396		66.196					

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Resultado de Equivalência Patrimonial.....	Nota		31/12/2018	31/12/2017
	Explicativa			
Despesas Administrativas e Operacionais.....	8	(84)		(133)
Resultado Não Operacional.....			2.937	5.544
Lucro antes do Resultado Financeiro.....			392	583
Receitas Financeiras.....			3.329	6.127
Lucro antes de Impostos.....			3.721	6.710
Imposto de Renda e Contribuição Social.....	10	(81)		(129)
Lucro Líquido do Exercício.....			3.248	5.998
Número de Cotas.....	7	79.813.570		79.813.570
Lucro por Ação.....		0,04		0,08

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Saldo em 1º de janeiro de 2017.....	Nota Explicativa	Capital Social	Reserva de Lucros	Lucros/Prejuízos Acumulados	Lucros Acumulados	Totais
Lucro Líquido do Exercício.....	-	-	5.998	5.998	5.998	5.998
Reserva Legal.....	-	-	(342)	342	-	-
Destinação do Resultado do Exercício:						
Compensação de Prejuízo Acumulado.....	-	-	-	(5.998)	-	(5.998)
Saldo em 31 de dezembro de 2017.....		79.801	(13.735)	-	-	66.066
Lucro Líquido do Exercício.....	-	-	3.248	3.248	-	3.248
Destinação do Resultado do Exercício:						
Compensação de Prejuízo Acumulado.....	7,2	-	-	(3.248)	3.248	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018.....		79.801	(10.487)	-	3.248	69.314

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais
1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Scopus Industrial S.A. ("Companhia"), com sede na rua Domingos Sergio dos Anjos, nº 277, 4º andar, Pirituba, São Paulo, SP, é uma Companhia que tem por objetivo a participação em outras sociedades como cotista ou acionista, especialmente nas que tenham em seu objeto social a fabricação e comercialização de equipamentos para automação bancária e varejo, e administração, locação, compra e venda de bens próprios. A companhia é parte integrante da Organização Bradesco, e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.

A Scopus Industrial S.A. possui 49% do capital ordinário da NCR Brasil - Indústria de Equipamentos para Automação S.A. (doravante denominada "NCR Brasil"), fabricante de terminais de autoatendimento no Brasil. Não há influência significativa. A NCR Brasil tem como principal objeto a produção e fornecimento de equipamentos de automação para instituições financeiras, especialmente no mercado nacional.

2) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

2.1) Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a mensuração dos ativos ao seu valor justo, quando aplicável, e aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis, conforme Nota Explicativa nº 4.

A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pela Diretoria em 23 de abril de 2019.

2.2) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua, que é o Real (R\$). As demonstrações estão sendo apresentadas em milhares de reais.

2.3) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são utilizados para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional e fundo de investimento, que apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, uma vez que são prontamente conversíveis em dinheiro.

2.4) Ativos financeiros

A partir de 2018 a Companhia passou a aplicar o CPC 48 - Instrumentos Financeiros (IFRS 9) que contém uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros, onde a entidade baseia-se tanto no modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. Essa nova abordagem substituiu as categorias de ativos financeiros previstas no CPC 38 (IAS 39), que foi aplicado até 31 de dezembro de 2017: (i) Ativos Financeiros para Negociação - registrados pelo valor justo por meio do resultado; (ii) Investimentos mantidos até o vencimento - são registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período; (iii) Empréstimos e Recebíveis - são mensurados pelo custo amortizado com base no método da taxa efetiva de juros; e (iv) Disponíveis para venda - registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos ao resultado e avaliados pelo valor de mercado com efeitos registrados no patrimônio líquido.

O CPC 48 classifica os ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA - Patrimônio Líquido); e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Os ativos financeiros mensurados a VJR são registrados e inicialmente avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado.

São ativos mantidos pela Companhia com o propósito de negociá-los no curto prazo ou mantê-los como parte de uma carteira administrada em conjunto para obtenção de lucro no curto prazo ou para tomada de posições, ou eventualmente, aqueles ativos que não atendem ao teste SPPI. Os instrumentos financeiros derivativos, também, são categorizados como VJR.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos e avaliados pelo valor justo no balanço e, os custos de transação são registrados diretamente no resultado do período.

São reconhecidos inicialmente a valor justo, mais os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou a sua emissão e são mensurados, subsequentemente, a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos em Outros resultados abrangentes, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável e dos ganhos e perdas cambiais de conversão, até que o ativo financeiro deixe de ser reconhecido. As perdas de crédito esperadas são registradas na demonstração do resultado em contrapartida a Outros Resultados Abrangentes, não tendo impacto no valor contábil bruto do ativo.

2.5) Investimentos

São classificados como coligadas as entidades pelas quais a Companhia exerce somente a participação, ou seja, possui influência significativa, mas não possui controle.

6) INVESTIMENTOS

Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados na conta de Resultado de Equivalência Patrimonial e corresponderam, no exercício, a um resultado positivo de R\$ 3.021 (2017 - R\$ 5.677).

Empresa	Capital social	Patrimônio líquido	Lucro líquido	Quantidade de ações possuídas ON	Participação no capital social	Investimento		Resultado de equivalência patrimonial	
						2018	2017	2018	2017
NCR Brasil Indústria de Equipamentos para Automação S.A. (3).....	22.065	127.633	6.165	7.160.296	49%	62.540	59.519	3.021	5.677
Ágio - NCR Brasil Indústria de Equipamentos para Automação S.A.	-	-	-	-	-	31.869	31.869	-	-
Perda de valor recuperável - impairment da NCR Brasil (1).....	-	-	-	-	-	(31.869)	(31.869)	-	-
Total.....						62.540	59.519	3.021	5.677

(1) Refere-se à perda por redução ao valor recuperável através do teste de impairment realizado pela entidade em 2016. A perda foi de 100% sobre o ágio da aquisição do investimento;

(2) A companhia possui influência significativa no investimento; e

(3) Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a NCR Brasil apresentou os seguintes valores:

Ativo	2018		2017	
- Circulante.....	290.168	184.835		
- Não circulante.....	30.249	28.510		
Passivo e patrimônio líquido				
- Circulante.....	192.555	91.835		
- Não circulante.....	230	45		
- Patrimônio líquido.....	127.632	121.465		
Demonstração de resultado				
- Receita líquida.....	382.583	336.661		
- Custos.....	(350.515)	(303.447)		
Resultado operacional bruto.....	32.068	33.214		
- Despesas operacionais.....	(25.184)	(24.241)		
- Receita (Despesa) financeira líquida.....	(719)	(1.959)		
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social.....	6.165	10.931		
- Imposto de renda e contribuição social.....	-	656		
Lucro líquido do exercício.....	6.165	11.587		

7) PATRIMÔNIO LÍQUIDO
7.1) Capital social em ações

O capital social de R\$ 79.801, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações ordinárias nominativas-escriturais, sem valor nominal em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

	2018	2017
Ordinárias.....	79.813.570	79.813.570
Total.....	79.813.570	79.813.570

7.2) Reservas de lucros

A Reserva Legal é constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal de 2018, foi utilizada para observar os prejuízos acumulados de exercícios anteriores. A Reserva Estatutária visa a manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade. Em 2018, o saldo de reserva estatutária foi utilizado para observar os prejuízos acumulados de exercícios anteriores.

7.3) Dividendos mínimos obrigatórios

Conforme disposição estatutária, ao sócio está assegurado dividendos e/ou juros sobre o capital próprio que somados correspondam, no mínimo, a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei societária, sendo em 2018 R\$ 31 mil (2017 - R\$ 57 mil). O resultado dos exercícios de 2017 e 2018 foram destinados integralmente para compensação de prejuízos acumulados.

8) DESPESAS ADMINISTRATIVAS E OPERACIONAIS

	2018	2017
Edições e publicações.....	58	68
Impostos e taxas diversos.....	-	46
Serviços prestados por terceiros.....	26	19
Total.....	84	133

9) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas estão assim representadas em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

	2018		2017	
	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)
Banco Bradesco S.A.:				
- Caixa e equivalentes de caixa.....	-	-	2	-
6) Remuneração do pessoal-chave da administração				
O pessoal-chave da administração é composto por administradores e diretores que estão alocados no seu controlador final (Banco Bradesco S.A.) e são por ele remunerados.				

10) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social em 31 de dezembro de 2018 e 2017

	2018	2017
Resultado antes dos tributos (Imposto de Renda e Contribuição Social).....	3.328	6.127
Adições e exclusões no cálculo dos tributos.....	-	-
Resultado de equivalência patrimonial.....	(3.021)	(5.677)
Perda de valor recuperável - impairment.....	-	-
Base de cálculo imposto de renda e contribuição social.....	307	450
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 15% IRPJ + 10% de adicional e 9% CSLL.....	(81)	(128)

11) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) A Companhia, não operou com Instrumentos Financeiros Derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2018.

b) Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 não havia processos com riscos fiscais, civis e trabalhistas avaliados como perda possíveis ou prováveis.

c) Não houve eventos subsequentes que requeriam ajustes ou divulgações para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2018.

 d) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2018:

- CPC 48 - Instrumentos Financeiros (IFRS 9): Reconhecimento e Mensuração - as principais mudanças do CPC 48 em relação ao CPC 38 são: (i) todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, classificados conforme o modelo de negócio e submetidos ao teste de impairment.

Sumário
Caderno Empresarial 2

BALANÇO	
SCOPUS INDUSTRIAL S.A.	2
SCOPUS SOLUÇÕES EM TI S.A.	4

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

teste de SPPI; (ii) a norma divide todos os ativos financeiros, que estão atualmente no escopo do CPC 38, em duas classificações: custo amortizado e valor justo; (iii) as categorias constantes no CPC 38, tais como a de disponíveis para venda e mantidos até o vencimento foram eliminadas; e (iv) o conceito de derivativos embutidos do CPC 38 foi extinto pelos conceitos deste novo CPC. Na avaliação da empresa não houve impacto ou reclassificações decorrentes deste CPC.

• CPC 47 - Receitas de Contratos com Clientes (IFRS 15) - requer que o reconhecimento da receita seja feito de modo a retratar a transferência de bens ou serviços para o cliente por um montante que reflita a expectativa da empresa de ter em troca os direitos desses bens ou serviços. O CPC 47 substitui o CPC 30 e o CPC 17, bem como interpretações relacionadas, anexa ao CPC 30, ICPC 02 e ICPC 11. O CPC 47. Na avaliação da empresa não houve impacto ou reclassificações decorrentes deste CPC.

e) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis a períodos futuros:

- CPC 06 (R2) Operações de Arrendamento Mercantil (IFRS 16) - Este pronunciamento estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos. O objetivo é garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes, de modo que representem fielmente essas transações. Essas informações fornecem a base para que usuários de demonstrações contábeis avaliem o efeito que os arrendamentos têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade. Na avaliação da empresa não haverá reclassificações decorrentes da adoção.

A DIRETORIA

Humberto Lucas Pereira da Cruz - Contador - CRC 1SP325329/O-7

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Acionista e aos Administradores da

Scopus Industrial S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Scopus Industrial S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Scopus Industrial S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
 - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
 - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
 - Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
 - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
 - Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.
- Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Osasco, 23 de abril de 2019



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F-SP

André Dala Pola
Contador CRC 1SP214007/O-2

Diário Oficial

acesso gratuito

Todo o acervo do Diário Oficial está disponível gratuitamente para pesquisa, inclusive o que você quiser saber sobre os balanços das empresas.



Imprensa Oficial, garantia de transparência e segurança da informação

www.imprensaoficial.com.br



Prêmio Mario Covas 2008
DO. online - A transparência dos atos do Governo disponível ao cidadão.

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Diário Oficial Empresarial 2
Estado de São Paulo

Volume 129 • Número 76 Página 3
São Paulo, quarta-feira, 24 de abril de 2019

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO



Scopus Industrial S.A.

CNPJ nº 09.227.001/0001-48 - NIRE 35.300.349.423

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Senhores,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis da Scopus Industrial S.A., relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia registrou Lucro Líquido de R\$ 6.165 mil, Patrimônio Líquido de R\$ 69.314 mil e Ativos Totais de R\$ 69.396 mil.

A Assembleia Geral deliberará quanto a parcela do lucro líquido que será retida para preservação e manutenção do capital social. A política de

dividendos da companhia assegura o dividendo mínimo de 1% do lucro líquido aos acionistas, conforme previsto em seu estatuto social. Não houve distribuição dos dividendos em 2018, em detrimento da utilização do mesmo para compensação do prejuízo acumulado.

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

São Paulo, SP, 23 de abril de 2019.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 - Valores expressos em milhares de reais - R\$			
	Nota Explicativa	31/12/2018	31/12/2017
ATIVOS			
ATIVOS CIRCULANTES			
Caixa e Equivalentes de Caixa.....	5	6.673	6.544
Impostos Correntes a Recuperar.....		91	223
TOTAL DOS ATIVOS CIRCULANTES		6.764	6.767
ATIVOS NÃO CIRCULANTES			
Investimentos.....	6	62.540	59.519
Impostos e Contribuições a Restituir.....		92	583
TOTAL DOS ATIVOS NÃO CIRCULANTES		62.632	59.519
TOTAL DO ATIVO		69.396	66.196

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018			
Valores expressos em milhares de reais - R\$			
		31/12/2018	31/12/2017
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:			
Lucro Líquido do Exercício.....		3.248	5.998
Ajustes do Lucro Líquido.....		(3.021)	(5.677)
Resultado de Equivalência Patrimonial.....		(3.021)	(5.677)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais		(8)	(26)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:			
(Aumento)/Redução em Contas a Pagar.....		-	-
(Aumento) em Impostos e Contribuições a Compensar/Restituir.....		41	44
Aumento/(Redução) de Impostos e Contribuições a Recolher.....		-	(2)
Aumento em Imposto de Renda e Contribuição Social.....		(47)	(68)
Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Financiamentos		-	-
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa		219	295
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício.....		6.454	6.157
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício.....		6.673	6.454
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa		219	295

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018			
Valores expressos em milhares de reais - R\$			
	Nota Explicativa	31/12/2018	31/12/2017
Resultado de Equivalência Patrimonial.....	6	3.021	5.677
Despesas Administrativas e Operacionais.....	8	(84)	(133)
Resultado Não Operacional.....		-	-
Lucro antes do Resultado Financeiro		2.937	5.544
Recitas Financeiras.....		292	583
Lucro antes de Impostos		3.229	6.127
Imposto de Renda e Contribuição Social.....	10	(81)	(129)
Lucro Líquido do Exercício		3.248	5.998
Número de Cotas.....	7	79.813,570	79.813,570
Lucro por Ação.....		0,04	0,08

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018						
Valores expressos em milhares de reais - R\$						
	Nota Explicativa	Capital Social	Reserva de Lucros	Lucros/Prejuízos Acumulados	Lucros Acumulados	Totais
Saldo em 1º de Janeiro de 2017		79.801	342	(20.075)	-	60.067
Lucro Líquido do Exercício.....		-	-	5.998	5.998	5.998
Reserva Legal.....		-	(342)	342	-	-
Destinação do Resultado do Exercício:						
Compensação de Prejuízo Acumulado.....		-	-	-	(5.998)	(5.998)
Saldo em 31 de dezembro de 2017		79.801	-	(13.735)	-	66.065
Lucro Líquido do Exercício.....		-	-	3.248	3.248	3.248
Destinação do Resultado do Exercício:						
Compensação de Prejuízo Acumulado.....	7,2	-	-	-	(3.248)	(3.248)
Saldo em 31 de dezembro de 2018		79.801	-	(10.487)	-	69.314

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		
Valores expressos em milhares de reais - R\$		
	31/12/2018	31/12/2017
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	3.248	5.998
Outros Resultados Abrangentes.....	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	-	5.998

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Scopus Industrial S.A. ("Companhia"), com sede na rua Domingos Sergio dos Anjos, nº 277, 4º andar, Pirituba, São Paulo, SP, é uma Companhia que tem por objetivo a participação em outras sociedades como cotista ou acionista, especialmente nas que tenham em seu objeto social a fabricação e comercialização de equipamentos para automação bancária e varejo, a administração, locação, compra e venda de bens próprios. A companhia é parte integrante da Organização Bradesco, e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.

A Scopus Industrial S.A. possui 49% do capital ordinário da NCR Brasil - Indústria de Equipamentos para Automação S.A. (doravante denominada "NCR Brasil"), fabricante de terminais de autotendimento no Brasil. Não há influência significativa.

A NCR Brasil tem como principal objeto a produção e fornecimento de equipamentos de automação para instituições financeiras, especialmente no mercado nacional.

2) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

2.1) Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a mensuração dos ativos ao seu valor justo, quando aplicável, e aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis, conforme Nota Explicativa nº 4.

A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pela Diretoria em 23 de abril de 2019.

2.2) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua, que é o Real (R\$). As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em milhares de reais.

2.3) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são utilizados para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional e fundo de investimento, que apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, uma vez que são prontamente conversíveis em dinheiro.

2.4) Ativos financeiros

A partir de 2018 a Companhia passou a aplicar o CPC 48 - Instrumentos Financeiros (IFRS 9) que contém uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros, onde a entidade baseia-se tanto no modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. Essa nova abordagem substitui as categorias de ativos financeiros previstas no CPC 38 (IAS 39), que foi aplicado até 31 de dezembro de 2017: (i) Ativos Financeiros para Negociação - registrados pelo valor justo por meio do resultado; (ii) investimentos mantidos até o vencimento - são registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período; (iii) Empréstimos e Recebíveis - são mensurados pelo custo amortizado com base no método da taxa efetiva de juros; e (iv) Disponíveis para venda - registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos ao resultado e avaliados pelo valor de mercado com efeitos registrados no patrimônio líquido.

O CPC 48 classifica os ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA - Patrimônio Líquido); e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR).

2.5) Mensurados a valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados a VJR são registrados e inicialmente avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado.

São ativos mantidos pela Companhia com o propósito de negociá-los no curto prazo ou mantê-los como parte de uma carteira administrada em conjunto para obtenção de lucro no curto prazo ou para tomada de posições, ou eventualmente, aqueles ativos que não atendem ao teste SPPI. Os instrumentos financeiros que não atendem ao teste SPPI são categorizados como VJR.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos e avaliados pelo valor justo no balanço e, os custos de transação são registrados diretamente no resultado do período.

2.6) Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

São reconhecidos inicialmente a valor justo, mais os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou a sua emissão e são mensurados, subsequentemente, a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos em Outros resultados abrangentes, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável e dos ganhos e perdas cambiais de conversão, até que o ativo financeiro deixe de ser reconhecido. As perdas de crédito esperadas são registradas na demonstração do resultado em contrapartida a Outros Resultados Abrangentes, não tendo impacto no valor contábil bruto do ativo.

2.7) Investimentos

São classificados como coligadas as entidades pelas quais a Companhia exerce somente a participação, ou seja, possui influência significativa, mas não possui controle.

6) INVESTIMENTOS

Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados na conta de Resultado de Equivalência Patrimonial e corresponderam, no exercício, a um resultado positivo de R\$ 3.021 (2017 - R\$ 5.677).

	2018	2017
Disponibilidades em moeda nacional (1).....	-	2
Ativo de investimentos (2).....	6.673	6.452
Total de caixa e equivalentes de caixa	6.673	6.454

(1) Refere-se a depósito bancário à vista; e
(2) Referem-se às aplicações de renda fixa em Fundo de Investimento destinados a integrantes da Organização Bradesco ou empresas a ela ligadas, que sejam considerados investidores qualificados, administrados pelo Banco Bradesco S.A.

	2018	2017
Quantidade de ações possuídas ON.....	7.160.296	49%
Participação no capital social.....	62.540	59.519
Investimento.....	31.869	31.869
Resultado de equivalência patrimonial.....	(31.869)	(31.869)
Total	62.540	59.519

Resultado de equivalência patrimonial.....

	2018	2017
Recita líquida.....	382.583	336.661
Custos.....	(350.515)	(303.447)
Resultado operacional bruto	32.068	33.214
Despesas operacionais.....	(25.184)	(24.241)
Recita (Despesa) financeira líquida.....	(719)	-
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	6.165	10.931
Imposto de renda e contribuição social.....	-	696
Lucro líquido do exercício	6.165	11.587

(1) Refere-se à perda por redução ao valor recuperável através do teste de impairment realizado pela entidade em 2016. A perda foi de 100% sobre o ágio da aquisição do investimento;

(2) A companhia possui influência significativa no investimento;

(3) Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a NCR Brasil apresentou os seguintes valores:

Ativo	2018	2017
- Circulante.....	290.168	184.835
- Não circulante.....	30.249	28.510

Passivo e patrimônio líquido	2018	2017
- Circulante.....	192.555	91.835
- Não circulante.....	230	45
- Patrimônio líquido.....	127.632	121.465

Demonstração de resultado	2018	2017
- Receita líquida.....	382.583	336.661
- Custos.....	(350.515)	(303.447)
Resultado operacional bruto	32.068	33.214
- Despesas operacionais.....	(25.184)	(24.241)
Recita (Despesa) financeira líquida.....	(719)	-
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	6.165	10.931
- Imposto de renda e contribuição social.....	-	696
Lucro líquido do exercício	6.165	11.587

7) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

7.1) Capital social em ações

O capital social de R\$ 79.801, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações ordinárias nominativas-escriturais, sem valor nominal em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

	2018	2017
Ordinárias.....	79.813,570	79.813,570
Total	79.813,570	79.813,570

7.2) Reservas de lucros

A Reserva Legal é constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação social, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal de 2018, foi utilizada para absorver os prejuízos acumulados de exercícios anteriores.

A Reserva Estatutária visa a manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade. Em 2018, o saldo de reserva estatutária foi utilizado para absorver os prejuízos acumulados de exercícios anteriores.

7.3) Dividendos a serem obrigatoriamente pagos

Conforme disposição estatutária, ao sócio está assegurado dividendos e/ou juros sobre o capital próprio que somados correspondam, no mínimo, a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei societária, sendo em 2018 R\$ 31 mil (2017 - R\$ 57 mil). O resultado dos exercícios de 2017 e 2018 foram destinados integralmente para compensação de prejuízos acumulados.

8) DESPESAS ADMINISTRATIVAS E OPERACIONAIS

	2018	2017
Editais e publicações.....	58	68
Impostos e taxas diversos.....	-	46
Serviços prestados por terceiros.....	26	19
Total	84	133

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não garante a obtenção de informações contábeis corretas. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contornar, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração, com base na evidência de auditoria obtida e com base nas evidências de auditoria contábeis avaliadas.

• Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de demonstrações contábeis avaliadas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

• Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

A DIRETORIA

Humberto Lucas Pereira da Cruz - Contador - CRC 1SP325329/O-7

Osasco, 23 de abril de 2019

André Dala Polia

Contador CRC 1SP214007/O-2



KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP028567/O-1 F-SP